Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO - MIPS: RISCOS À SAÚDE E USO RACIONAL

OVER-THE-COUNTER (OTC) MEDICINES: HEALTH RISKS AND RATIONAL USE

Carolina Domingues Cruz, Julia Fernanda Santana Aquino, Maria Eduarda Silva Santos, Valter Garcia Santos

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Ciências da Saúde, Curso de Farmácia
E-mail para contato: juliafernanda146@gmail.com

RESUMO – Os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) podem ser adquiridos sem receita e são amplamente utilizados na automedicação, mas seu uso indevido traz riscos à saúde pública. O objetivo deste trabalho foi analisar os riscos do abuso de MIPs e a importância do seu uso racional. Trata-se de pesquisa quantitativa, descritiva e transversal realizada via questionário digital e busca na base de dados PubMed. No Brasil, os MIPs somam 29,3% das vendas farmacêuticas. O autodiagnóstico sem a devida alfabetização em saúde gera uma automedicação insegura e reações adversas, demandando uma forte atuação orientadora dos farmacêuticos. Apesar de benéficos para males menores, os MIPs exigem uso consciente e suporte profissional para evitar danos graves.

Palavras-chave: MIPs; Automedicação; Uso racional.

ABSTRACT – Over-the-counter (OTC) medicines can be purchased without a prescription and are widely used for self-medication; however, their misuse poses risks to public health. This study aimed to analyze the risks associated with OTC medicine abuse and the importance of their rational use. It involved quantitative, descriptive, and cross-sectional research conducted via an online questionnaire and a search of the PubMed database. In Brazil, OTC medicines account for 29.3% of pharmaceutical sales. Self-diagnosis without adequate health literacy leads to unsafe self-medication and adverse reactions, necessitating strong guidance from pharmacists. Although beneficial for minor ailments, OTC medicines require conscious use and professional support to prevent serious harm.

Keywords: OTC; Self-medication; Rational use.

ISSN 2317-1316

1. INTRODUÇÃO

Medicamentos de venda livre (OTC, na sigla em inglês) são medicamentos que podem ser adquiridos em farmácias, lojas online e supermercados sem receita médica e estão disponíveis para automedicação, incluindo diversos produtos utilizados para o tratamento de condições autolimitadas ou doenças menores, como dor de garganta aguda, conjuntivite, tosse/resfriado e congestão nasal, diarreia, dores leves, enjoo de viagem etc. Geralmente são considerados medicamentos seguros; no entanto, alguns podem ser prejudiciais devido à ingestão inadequada, reações adversas a medicamentos e interações medicamentosas, bem como devido a problemas de dependência e desvio. Os medicamentos OTC, quando utilizados conforme as instruções, são seguros no tratamento de doenças e sintomas como constipações, alergias, dores ligeiras, diarreia, tosse e náuseas. São amplamente utilizados porque permitem aos pacientes iniciar o processo de tratamento por conta própria. A utilização inadequada de medicamentos OTC é perigosa, uma vez que pode resultar em reações adversas ou interações com outros medicamentos. Estes medicamentos podem também aliviar os sintomas de uma condição preexistente, atrasando assim um diagnóstico correto (Chiappini et al., 2023).

Esses medicamentos, obtidos sem receita médica de médicos registrados, são fundamentais para promover o autocuidado e reduzir a pressão sobre os canais formais de saúde. No entanto, juntamente com sua conveniência, os medicamentos OTC abrigam riscos potenciais quando usados indevidamente, exigindo uma compreensão sutil de seu uso indevido, abuso e dependência (Harker et al., 2022).

A ampla disponibilidade e acessibilidade de medicamentos de venda livre (OTC) desempenham um papel vital nos sistemas de saúde modernos, permitindo que os indivíduos gerenciem pequenas preocupações com a saúde de forma independente. No entanto, certos medicamentos OTC possuem propriedades farmacológicas que os tornam suscetíveis ao uso indevido e abuso, incluindo estimulantes, laxantes, sedativos e produtos contendo opiáceos. O uso indevido envolve dosagem, duração ou indicação inadequadas, enquanto o abuso implica uso não terapêutico para alcançar efeitos psicoativos ou outros fins ilícitos, potencialmente levando à dependência e dependência (Harker et al., 2022).

O uso não médico de medicamentos prescritos e de venda livre tem aumentado constantemente ao longo dos anos e é uma preocupação global devido aos efeitos imprevisíveis do

ISSN 2317-1316

uso indevido de medicamentos, especialmente quando usados em dosagens anormais/não prescritas (Czekalski et al., 2024; Mosca et al., 2025).

O fenômeno de "pharming" ganhou destaque como uma tendência preocupante, refletindo o uso indevido intencional de medicamentos prescritos e de venda livre para fins não médicos. O uso indevido intencional envolve o uso de um produto diferente do prescrito ou não de acordo com informações autorizadas sobre o produto, muitas vezes impulsionado por recompensas percebidas, como euforia ou o desejo de ficar alta (Harker et al., 2022).

Os medicamentos de venda livre podem ser facilmente desviados devido vários fatores como: são medicamentos onipresentes e facilmente disponíveis, podem ser adquiridos em lojas locais e na internet; são frequentemente baratos; e, finalmente são legais e percebidos como inofensivos (Mosca et al., 2025).

É possível que o desvio de medicamentos isentos de prescrição esteja subestimado devido à facilidade de aquisição desses medicamentos, o que promove o autogerenciamento e pode aumentar o desvio, além do potencial de abuso inerente a alguns deles. De fato, entre os farmacêuticos, há crescentes preocupações sobre o possível uso inadequado de medicamentos isentos de prescrição em diversos países, incluindo o Reino Unido e EUA (Mosca et al., 2025).

Outros fatores que contribuem para o aumento da prevalência do uso indevido de medicamentos não prescritos/medicamentos de venda livre entre mulheres incluem concepções errôneas de que essas substâncias são mais seguras em comparação com substâncias ilícitas, que são mais facilmente acessíveis por meio de amigos e familiares, que há maior aceitação social delas e que as mulheres têm maior probabilidade de receber prescrições de diversas substâncias com alto potencial de abuso (Czekalski et al., 2024).

Apesar de sua ampla disponibilidade e segurança percebida, certos medicamentos OTC contêm ingredientes ativos capazes de influenciar o sistema nervoso central e precipitar sintomas psicóticos quando mal utilizados. Por exemplo, anti-histamínicos e agentes contendo dextrometorfano foram identificados como potenciais culpados, particularmente quando consumidos em altas doses ou em combinação com outras substâncias (Harker et al., 2022).

O uso concomitante de outros medicamentos isentos de prescrição foi observado em alguns casos, indicando um padrão complexo de abuso de substâncias entre os indivíduos afetados. Além

ISSN 2317-1316

disso, álcool e cannabis foram frequentemente relatados como substâncias usadas em conjunto com medicamentos isentos de prescrição, indicando potenciais efeitos sinérgicos ou padrões de abuso de múltiplas substâncias (Harker et al., 2022).

O envolvimento no uso indevido, abuso e dependência de substâncias representa uma séria ameaça à saúde da comunidade em todo o mundo e impõe um fardo adicional aos serviços de saúde. (Alsheikh; Fathelrahman, 2026).

Do ponto de vista farmacoepidemiológico, qualquer medicamento pode representar riscos para certas pessoas, em certas quantidades e em certas situações. Alguns medicamentos OTC são suscetíveis ao uso indevido ou abuso, particularmente entre adolescentes e jovens adultos, e uma proporção maior de medicamentos abusados pode ser viciante (Alsheikh; Fathelrahman, 2026).

O uso indevido, o abuso e a dependência de medicamentos de venda livre são cada vez mais reconhecidos como problemas de saúde pública, não só na Arábia Saudita, mas também em todo o mundo. A investigação deste problema constitui uma área de pesquisa urgente que pode ajudar a estabelecer estratégias para reduzir os danos associados. Uma abordagem adotada em alguns países para controlar o acesso a medicamentos utilizados para tratar doenças comuns de menor gravidade é a criação de uma terceira classe de medicamentos que se situa na intersecção entre os medicamentos sujeitos a receita médica e os de venda livre, nomeadamente os medicamentos de venda atrás do balcão (BTC). Os medicamentos BTC são dispensados sob recomendação e supervisão profissional do farmacêutico e não simplesmente a pedido do paciente (Alsheikh; Fathelrahman, 2026).

Em contextos internacionais onde as classificações de medicamentos isentos de prescrição podem variar, é essencial que os profissionais de saúde sigam as regulamentações locais, mantendo ao mesmo tempo uma ênfase consistente na educação do paciente e no monitoramento da segurança. A implementação de um sistema em que certos medicamentos isentos de prescrição de alto risco sejam colocados em áreas que exigem interação com o farmacêutico antes da compra pode garantir um nível mais elevado de supervisão e ajudar a mitigar o uso indevido (Harker et al., 2022).

Embora, de acordo com nossos dados, o fenômeno do abuso de medicamentos isentos de prescrição pareça ser limitado, é necessário dar maior atenção a ele devido à possível subestimação e aos altos riscos associados. Estratégias preventivas, incluindo o acesso facilitado à informação,

ISSN 2317-1316

podem desempenhar um papel fundamental na redução do uso indevido desses medicamentos (Mosca et al., 2025).

Uma tendência preocupante é a automedicação de transtornos de saúde mental, incluindo a depressão, com medicamentos de venda livre. O uso inadequado desses medicamentos pode impactar significativamente a saúde, causando doenças cardíacas, insuficiência renal e, em casos extremos, até mesmo a morte. O abuso também pode contribuir para o vício e, consequentemente, para a busca por medicamentos com substâncias mais potentes (Harker et al., 2022).

As motivações para o uso indevido de OTC e POM (do inglês Prescription-Only Medicine, medicamentos sujeitos a receita médica) podem não ser apenas para efeito recreativo ou eufórico: algumas pessoas podem estar se automedicando para sintomas de abstinência, transtornos de ansiedade subjacentes ou dor, como poderia ser o caso com baclofeno, beta-bloqueadores e opióides, respectivamente. OTC e POMs podem ser usados para mudar a aparência, como esteróides tópicos, para alterar a pigmentação da pele e diuréticos, laxantes e estimulantes para o controle de peso. Medicamentos também podem ser tomados para melhorar o desempenho, como potenciadores cognitivos na academia (Gittins; Missen; Maidment, 2021).

Entre os medicamentos de venda livre, produtos à base de opiáceos e para tosse/resfriado contendo dextrometorfano, indutores do sono, anti-histamínicos sedativos, analgésicos, hipnóticos e laxantes foram destacados como tendo potencial de abuso. (Mosca et al., 2025).

A overdose acidental também pode resultar da combinação de vários medicamentos que contêm o mesmo princípio ativo, idade, comorbidades, bem como problemas de visão e memória. Outras causas podem incluir transtornos mentais e deficiência intelectual. O uso recreativo de medicamentos isentos de prescrição envolve altas doses, administração não oral (por exemplo, inalação de poeira de comprimidos triturados) e combinação de medicamentos lícitos com drogas ilícitas. Vitaminas, remédios fitoterápicos e suplementos minerais também são medicamentos que devem ser usados com cautela (Harker et al., 2022).

Uma propriedade potencial rara, e, portanto, menos conhecida, desses medicamentos é o risco de danos aos túbulos renais, resultando em distúrbios eletrolíticos. Isso ocorre por meio da inibição da anidrase carbônica, particularmente seu segundo subtipo – uma enzima encontrada em vários níveis do néfron. Como consequência, a capacidade dos rins de eliminar ácidos não voláteis deteriora-se, e muitos íons de sódio presentes no lúmen do túbulo renal distal são trocados por íons

ISSN 2317-1316

de potássio. Esse mecanismo complexo é responsável pela fisiopatologia da acidose tubular renal distal associada à intoxicação por ibuprofeno (Harker et al., 2022).

Por razões econômicas, os benefícios da automedicação são significativos para a saúde. Ela alivia a sobrecarga do sistema de saúde, tanto em casos de sintomas leves quanto graves. Também é importante para o paciente, pois economiza tempo e recursos financeiros. Além disso, pode melhorar os resultados de saúde da população. Os medicamentos isentos de prescrição são eficazes se as pessoas escolherem as preparações adequadas e seguirem as informações fornecidas nas bulas (Harker et al., 2022).

Infelizmente, a publicidade desempenha um papel significativo no mercado de medicamentos isentos de prescrição, impactando consideravelmente o comportamento do consumidor. Ao tomar decisões sobre automedicação, médicos, farmacêuticos e outros profissionais de saúde devem ser a fonte de informação (Harker et al., 2022).

Portanto, isso reforça a necessidade de intervenções que reduzam o risco do uso problemático de medicamentos isentos de prescrição, incluindo a reclassificação de medicamentos, por exemplo, a codeína foi reclassificada como medicamento sujeito a prescrição médica em alguns países, ou limites de tamanho e tipo de venda, por exemplo., a loperamida foi limitada a não mais de 48 mg e requer embalagem blister de dose única nos EUA pela Food and Drug Administration (FDA) (Mosca et al., 2025).

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os riscos à saúde pública decorrentes do abuso e uso indevido de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), evidenciando a importância do uso racional dessa classe de medicamentos e ações na mitigação de danos aos pacientes.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa quantitativa, descritiva, transversal e observacional, realizada por meio de um levantamento de dados com a aplicação de um questionário digital.

A busca será realizada na base de dados PubMed utilizando os descritores “otc drugs” AND “Dependence, Substance”. O número total de artigos encontrados foram 71, e após a leitura do artigo resumido, foram excluídos aqueles que não se encaixavam na proposta do trabalho. Para complementar a composição do referencial teórico e na busca de discussão para os resultados

ISSN 2317-1316

encontrados serão utilizados dados disponíveis nos endereços eletrônicos da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) além das diretrizes nacionais e internacionais sobre o tema central da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a comercialização de medicamentos isentos de prescrição (MIP) no mercado farmacêutico, sua parcela em relação ao total de vendas difere bastante entre países e reflete a receptividade da população a esses produtos em função de determinantes culturais, históricos, regulatórios e de infraestrutura da saúde. No Brasil, destaca-se a participação dos MIP do mercado farmacêutico total, representando 29,3% das vendas. MIP são medicamentos aprovados pelas autoridades sanitárias para comercialização sem necessidade de prescrição médica ou odontológica. Esses medicamentos são indicados para tratar problemas de saúde autolimitados. (MOTA et al., 2020).

Em relação a categorização de medicamentos como isentos de prescrição, esta varia de acordo com a legislação de cada país. No Brasil, a classe de MIP é regulamentada pela Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) n° 98, de 1º de agosto de 2016 (Brasil, 2016a), e Instrução Normativa (IN) nº 11 (Brasil, 2016b), as quais dispõem critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e a lista de medicamentos isentos de prescrição (LMIP), respectivamente

Dentre os benefícios da disponibilidade e regulamentação de MIP, podem-se destacar a diminuição da sobrecarga e dos gastos do sistema de saúde, visto que para aquisição destes medicamentos não são necessárias consultas médicas ou odontológicas. (MOTA et al., 2020).

Diversos fatores influenciaram esse aumento, como o envelhecimento da população, o maior acesso a medicamentos e o aumento do autodiagnóstico e do autotratamento, ou seja, o gerenciamento da própria saúde por meio de todos os recursos disponíveis, individuais e/ou coletivos. Esse autogerenciamento da saúde engloba o conceito de automedicação, definida como a seleção e o uso de medicamentos por indivíduos e/ou cuidadores para tratar condições ou sintomas autodiagnosticados ou auto identificados. (SÁNCHEZ-SÁNCHEZ et al., 2021).

ISSN 2317-1316

Estudos demonstraram que muitos fatores (culturais, políticos e ambientais) influenciam a prática da automedicação para a prevenção ou tratamento de sintomas e doenças. As doenças mais comuns para as quais a automedicação é praticada incluem dor de cabeça, dor nas articulações, febre, resfriado e tosse, alergia, azia e diarreia. O aumento do acesso a medicamentos sem uma melhor alfabetização em saúde aumenta o risco de uso indevido. (SÁNCHEZ-SÁNCHEZ et al., 2021).

Essa automedicação pode ser uma prática insegura devido a autodiagnósticos imprecisos ou à ingestão de doses inadequadas, o que pode resultar em efeitos colaterais, reações adversas e interações farmacológicas. A taxa de automedicação chega a 90% em países em desenvolvimento. O uso inadequado de automedicação aumenta os custos associados à assistência à saúde. (SÁNCHEZ-SÁNCHEZ et al., 2021).

Para qualquer problema de saúde menor, os medicamentos disponíveis sem receita médica são um aspecto importante do tratamento. O público os utiliza com frequência e geralmente fica satisfeito com os resultados devido à sua eficácia e baixo risco. Para alcançar tais resultados, os usuários precisam saber qual medicamento específico necessitam e como utilizá-lo corretamente. (TAYLOR et al., 2023).

Com o aumento da disponibilidade de medicamentos sem receita médica, surge a preocupação sobre se o público utilizará esses medicamentos com a devida diligência necessária. A escolha de medicamentos de venda livre pode ser uma tarefa confusa, seja pela quantidade de produtos disponíveis ou pela dificuldade em interpretar corretamente os sintomas. Sansgiry observou como a expansão da linha de produtos pode agravar o problema. Em uma pesquisa com canadenses, um terço afirmou ter comprado o medicamento errado. Outro terço questionou se também havia cometido o mesmo erro. Parte desse problema reside na legibilidade das diversas fontes de informação, incluindo as embalagens. Em alguns casos, o público pode precisar da ajuda de um farmacêutico ou médico. (TAYLOR et al., 2023).

Não se pode menosprezar as possíveis intoxicações e efeitos adversos que MIP podem causar a seus usuários. No caso dos analgésicos e anti-inflamatórios não esteroidais (AINES), pode-se citar, entre outros, os distúrbios gastrointestinais, cardiovasculares, reações alérgicas e efeitos renais. (MOTA et al., 2020).

ISSN 2317-1316

Paula, Bochner e Montilla (2012) investigaram a morbidade hospitalar em idosos decorrente de intoxicações e efeitos adversos a medicamentos no cenário brasileiro. Os autores evidenciaram que analgésicos, antitérmicos e antirreumáticos não opiáceos foram responsáveis por 37,0% das internações por autointoxicação, estando em quarto lugar na classificação geral dessas ocorrências e registando a maior associação com episódios de traumatismo. Face a este panorama epidemiológico, demonstrou-se que os profissionais farmacêuticos promoveram atualização técnico-científica contínua acerca dessa classe farmacológica, com ênfase nas suas indicações clínicas, perfil de segurança e critérios de conduta terapêutica.

Outros autores indicaram que uma quantidade significativa de farmacêuticos não conhece adequadamente a legislação brasileira relacionada aos MIP, tendo citado medicamentos sob prescrição médica quando questionados sobre a dispensação de MIP. Este achado corrobora outros estudos realizados com farmacêuticos comunitários brasileiros, nos quais se evidenciou lacunas importantes no conhecimento desses profissionais para a dispensação de medicamentos e a livre comercialização de medicamentos que requerem prescrição, sem a apresentação do respectivo receituário. (MOTA et al., 2020).

As políticas nacionais de saúde relativas ao uso de medicamentos isentos de prescrição devem promover o aprimoramento da alfabetização em saúde digital, considerando o aumento do número de pessoas que utilizam a internet ou as redes sociais como recursos de busca de informações sobre saúde. (SÁNCHEZ-SÁNCHEZ et al., 2021).

Os farmacêuticos são cruciais para minimizar os riscos associados ao uso abusivo de medicamentos de venda livre. Eles podem fornecer orientações aos pacientes que adquirem esses medicamentos. Eles não apenas possuem o conhecimento necessário sobre a composição da formulação, o grupo-alvo, as indicações, as contraindicações e os efeitos adversos, mas também são profissionalmente responsáveis por fornecer suporte e aconselhamento ao paciente, aumentando assim a segurança do uso de medicamentos (Harker et al., 2022).

4. CONCLUSÃO

A utilização de MIPs é de extrema importância para o tratamento de sintomas e males menores, sua utilização proporciona diminuição de filas para o atendimento no sistema de saúde,

ISSN 2317-1316

otimização de recursos governamentais, entre outros benefícios. Contudo, o uso inadequado pode gerar consequências, entre elas, reações adversas, interações medicamentosas, intoxicações, utilização de doses inadequadas e mascaramento de sintomas de condições de saúde mais graves. Dessa forma, apesar de apresentarem maior facilidade de acesso e serem destinados ao tratamento de problemas de saúde autolimitados, eles não são isentos de riscos e devem ser utilizados de maneira adequada e consciente.

Nesse contexto, torna-se fundamental destacar a importância da orientação adequada ao usuário, principalmente diante do aumento da automedicação e da facilidade de acesso às informações sobre saúde. A escolha incorreta do medicamento, a dificuldade de interpretação dos sintomas e a utilização de informações obtidas em fontes não confiáveis podem favorecer o uso inadequado desses medicamentos. Portanto, o acesso aos MIPs deve estar associado à educação em saúde e à promoção do uso racional de medicamentos.

Diante disso, o farmacêutico exerce papel fundamental na orientação da população, contribuindo para a escolha adequada do medicamento, identificação de situações que necessitam de encaminhamento médico e prevenção de possíveis riscos relacionados ao uso dos MIPs. Assim, a utilização desses medicamentos pode proporcionar benefícios ao indivíduo e ao sistema de saúde, desde que esteja associada ao conhecimento, à orientação profissional e à responsabilidade do usuário, garantindo que a facilidade de acesso não resulte em uma utilização indiscriminada.

5. DECLARAÇÃO DE USO DE IA

"Não foram utilizadas ferramentas de IA no desenvolvimento desse artigo".

6. REFERÊNCIAS

Alsheikh MY, Fathelrahman AI. Community pharmacists preparedness to control OTC medication abuse in Saudi Arabia: a nationwide cross-sectional survey-based study. Front Public Health. 2026 Jan 8; 13:1723181. doi: 10.3389/fpubh.2025.1723181. PMID: 41584195; PMCID: PMC12823990

BRASILa. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 98, de 1º de agosto de 2016. Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob

ISSN 2317-1316

prescrição, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 148, p. 32, 3 ago. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2016/publicada-norma-sobre-medicamentos-isentos-de-prescricao. Acesso em: 10 out. 2026.

BRASILb. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa - IN nº 11, de 29 de setembro de 2016. Dispõe sobre a lista de medicamentos isentos de prescrição. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 sep. 2016. Disponível em: https://anvisalegis.datalegis.net/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&num_ato=00000011&sgl_tipo=INM&sgl_orgao=DC/ANVISA/MS&vlr_ano=2016&seq_ato=000&cod_modulo=134&cod_menu=1696. Acesso em: 10 out. 2026.

Chiappini S, Ceci F, Mosca A, Di Carlo F, Burkauskas J, Pettorruso M, Martinotti G, Guirguis A, Corkery JM, Scherbaum N, Schifano F, Di Giannantonio M. Knowledge and Use of Over-the-counter Drugs in Italy: An Exploratory Survey-based Study in the General Population. Curr Neuropharmacol. 2023;21(1):133-141. doi: 10.2174/1570159X20666220714104231. PMID: 35838215; PMCID: PMC10193759.

Czekalski M, Kaczmarek P, Słomka S. Nadużywanie leków OTC jako problem zdrowia publicznego – opis przypadku ekstremalnie ciężkiej hipokaliemii wywołanej lekami OTC [Misuse of OTC drugs as a public health problem - a case report of extreme severe hypokalaemia due to OTC drug therapy]. Med Pr. 2024 Dec 23;75(6):561-568. Polish. doi: 10.13075/mp.5893.01574. Epub 2024 Dec 17. PMID: 39691074.

Gittins R, Missen L, Maidment I. Misuse of medication in adult substance misuse services: a systematic review protocol. BMJ Open. 2021 Jun 22;11(6):e047283. doi: 10.1136/bmjopen-2020-047283. PMID: 34158301; PMCID: PMC8220460.Gittins R, Missen L, Maidment I. Misuse of medication in adult substance misuse services: a systematic review protocol. BMJ Open. 2021 Jun 22;11(6):e047283. doi: 10.1136/bmjopen-2020-047283. PMID: 34158301; PMCID: PMC8220460.

Harker N, Erasmus J, Lucas W, Deitz D, Brooke-Sumner C. 'I Was Present but I Was Absent': Perceptions and Experiences of the Non-Medical Use of Prescription or over the Counter Medication among Employed South African Women. Int J Environ Res Public Health. 2022 Jun 10;19(12):7151. doi: 10.3390/ijerph19127151. PMID: 35742395; PMCID: PMC9222615.

Mosca A, Chiappini S, Mancusi G, Miuli A, Marrangone C, Allegretti R, Panichella S, Cavallotto C, Corkery JM, Pettorruso M, Martinotti G, Schifano F. Over-the-counter Psychosis: A Systematic Review of the Misuse of Antihistamines, Cough Medicines, and Decongestants and the Risk of Developing Psychosis. Curr Neuropharmacol. 2025;23(8):956-973. doi: 10.2174/011570159X344365250114064248. PMID: 39976040; PMCID: PMC12174939.

MOTA, K. de Faria; PEREIRA, M. Linhares; COELHO, E. Baptista; REIS, T. Marques dos; NASCIMENTO, M. Martins Gonzaga do; OBRELI-NETO, P. Roque; BALDONI, A. Oliveira. Medicamentos isentos de prescrição (MIP): o farmacêutico pode prescrever, mas

ISSN 2317-1316

ele sabe o que são? *Revista de la OFIL*, Madrid, v. 30, n. 1, 2020. DOI: 10.4321/S1699-714X2020000100013.

Paula TC, Bochner R, Montilla DE. Análise clínica e epidemiológica das internações hospitalares de idosos decorrentes de intoxicações e efeitos adversos de medicamentos, Brasil, de 2004 a 2008. Revista Brasileira de Epidemiologia. 2012; 15:828-44.

Sánchez-Sánchez E, Fernández-Cerezo FL, Díaz-Jimenez J, Rosety-Rodriguez M, Díaz AJ, Ordonez FJ, Rosety MÁ, Rosety I. Consumption of over-the-Counter Drugs: Prevalence and Type of Drugs. Int J Environ Res Public Health. 2021 May 21;18(11):5530. doi: 10.3390/ijerph18115530. PMID: 34064096; PMCID: PMC8196755.

Taylor JG, Ayosanmi OS, Sansgiry SS, Perepelkin JP. Consumer Likelihood to Seek Information on OTC Medicines. Pharmacy (Basel). 2023 Aug 11;11(4):128. doi: 10.3390/pharmacy11040128. PMID: 37624083; PMCID: PMC10458986.